

Gerenciamento de Pessoas: Sobre a Formação dos Conceitos de Trabalho em Geral e em Abstrato: de John Locke a Adam Smith*

People Management: On Concepts Formation of Work in General
and Abstract, from John Locke to Adam Smith

Hermano Roberto Thiry-Cherques¹

Resumo

A evolução dos métodos administrativos e da tecnologia da informação, aliada à sucessão de crises morais e econômicas que assistimos na última década, determinou alterações profundas na forma de ordenar e de gerenciar as organizações. O entendimento do papel do fator humano na produção, particularmente no que se refere aos conceitos utilizados na gestão de recursos humanos, se tornou insuficiente para explicar o fenômeno do trabalho e para esclarecer sua situação no quadro econômico-organizacional contemporâneo. Neste artigo procuro contribuir para o processo de reconstrução do corpus conceitual do gerenciamento de pessoas que hoje se delinea. Analiso as contribuições de John Locke e de Adam Smith, examinando os que termos em que permanecem ou vêm perdendo vigência os atributos relativos ao conceito de trabalho em geral e ao conceito do trabalho em abstrato por eles formulado.

Palavras-chave: trabalho, racionalidade, administração, recursos humanos, Locke, Smith.

Abstract

* Artigo recebido em 19.10.2006, aprovado 20.12.2008

¹ Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor e Pesquisador da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Praia de Botafogo, 190, sala 508, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22250-900. E-mail: Hermano.roberto@fgv.br

The evolution of management and technology of information associated with the moral and economic crises we attend in the last decade determined deep transformations in the way we manage and design organizations. The understanding of human factor role in production, mainly the use of concepts employed in human resources management, became inadequate to explain the phenomenon of work and to clarify its situation in the economic-organizational contemporary frame. In this article I seek to contribute to today's reconstruction of people management conceptual corpus analyzing John Locke's notion of work in general and Adam Smith's notion of abstract work.

Keywords: work, rationality, management, human resources, Locke, Smith.

Introdução

A primeira década do século XXI assiste a uma revolução nas práticas gerenciais. A articulação entre os fatores de produção se tornou volátil. A tecnologia e a informação passaram a se destacar na cena organizacional. Os patrimônios e os equipamentos estão submetidos a uma dinâmica acelerada de obsolescência e reposição. Os investimentos produtivos se rarefizeram, atraídos para oportunidades de lucro financeiro fácil e rápido. O fator humano nas organizações se viu cindido em duas partes assimétricas: uma minoria de trabalhadores qualificados e uma crescente maioria dispensável. O trabalho perdeu centralidade. Nesta altura da evolução das técnicas gerenciais não é possível prever como ele irá sobreviver.

No plano acadêmico, a gestão dos recursos humanos está sendo revista. Conceitos de há muito estabelecidos estão sendo repensados, fórmulas redefinidas. No núcleo destas questões, está o problema de saber o que, efetivamente, constitui o trabalho útil e como é possível medi-lo enquanto fator de produção e de geração de serviços. As pesquisas se desenvolvem em dois sentidos. Um, o que acompanha o que ocorre no mundo das organizações, tenta indicar os novos rumos e determinar as formas mais eficazes de gerenciamento. Outro, o que busca precisão e rigor no instrumental e nas diretivas da administração dos recursos humanos, se volta para o entendimento dos conceitos, para o estabelecimento de parâmetros operacionais.

Seguindo a segunda vertente, neste artigo procuro contribuir para a reconceituação dos recursos humanos, do trabalho enquanto fator de produção, discutindo as condições e a forma em que três dos seus atributos fundamentais – a apropriação, a generalidade e o valor – foram estabelecidos. Analiso as contribuições de John Locke e de Adam Smith na formação do corpus conceitual do trabalho que herdamos e que assistimos chegar à obsolescência. Procuro contribuir para o processo de reformulação das idéias centrais da gestão de recursos humanos. Examinando em que termos foram construídos alguns dos atributos do conceito de trabalho em geral, ainda no século XVII – que abarcam o contrato de trabalho como relação fiduciária, o trabalho como criador da propriedade, como necessidade moral, como fonte da organização social e do direito – e os atributos do conceito do trabalho em abstrato; que compreendem o entendimento da sociedade como um sistema de intercâmbios e o trabalho como fonte do valor e da moralidade.

John Locke: o trabalho cria a propriedade

O médico John Locke (Bristol, 1632 – Essex, 1704) foi um dos mais notáveis pensadores de que se tem notícia. As suas contribuições nos campos da teoria do conhecimento, da ética e da filosofia política são uma das referências do Século das Luzes. Chegaram até nós, sem perder nada do rigor e da limpidez que as caracterizam.

Locke viveu o fim da monarquia absolutista e da sua última dinastia britânica, a dos Stuarts. Em um período marcado pelos conflitos entre a autoridade real e a do parlamento. O sinal distintivo desta época é o término da Revolução Gloriosa. Quando Guilherme de Orange tornou-se rei, em 1689, ele o fez por mandato do parlamento, que, desde então passou a ter o poder supremo. No mesmo navio que em que viajou Guilherme, Locke retornou do exílio. Com ele trouxe uma obra que revolucionaria o pensamento ocidental.

No *Ensaio acerca do entendimento humano*¹, Locke lança um novo fundamento para a racionalidade, derivado de suas preocupações médicas²: a noção de que o empirismo não destrói o valor objetivo das idéias. Influenciado pelas concepções de Descartes (Tourraine, 1596 – Estocolmo, 1650), mas empirista, como George Berkeley (Irlanda, 1685 – Oxford, 1753) e David Hume (Edimburgo, 1711 – 1776) e amigo pessoal de sir Isaac Newton (Inglaterra, 1642-1727), Locke nega o inatismo, a crença de que nascemos já com as noções fundamentais do conhecimento. Indagando sobre o que significa pensar, sobre o que pode ser objeto do conhecimento, sustenta a tese de que o conhecimento deriva da experiência sensível. Fora disto, diz ele, a mente produz idéias cuja validade reside tão somente na sua compatibilidade interna. O conhecimento, escreveu Locke no livro II do *Ensaio*, não é congênito, mas deriva da experiência e da associação. As idéias complexas nascem das idéias simples, que têm sua origem na sensação e na reflexão ou no arranjo das duas. Da sua combinação são gerados os modos, da sua junção, as relações, da sua abstração, os conteúdos.

Teórico da razoabilidade, Locke, fundamenta a sua moral e a sua teoria política na evidência lógica a partir dos dados da experiência. No campo da moral, insiste na singularidade da pessoa humana. Sustenta a igualdade para todos, “pagãos, judeus e maometanos” inclusive³. Separa a esfera civil da religiosa e estabelece limites ao poder do Estado, que não pode ir além dos interesses temporais da sociedade. Para ele, enquanto indivíduo, o homem é detentor de uma moralidade natural - outorgada por Deus, mas que não o integra a uma ordem da natureza - e que se expressa por dois poderes: o de fazer tudo que julga necessário à sua conservação e a dos outros e o de punir os crimes cometidos contra as leis naturais. Estes dois poderes ele os aliena condicionalmente ao Estado, que deve determinar as normas de proteção do bem comum (poder legislativo) e assegurar o cumprimento destas normas (poder executivo) (LASLETT, 1980, p. 207). Deste modo, Locke subordina a política à moral.

O poder

É na filosofia política de Locke, especificamente nos dois *Tratados sobre o governo civil*, de 1690, que o vamos encontrar uma visão inteiramente nova sobre a constituição da sociedade e sobre o conceito do trabalho. O primeiro dos dois tratados consiste na crítica ao absolutismo. O segundo, em uma teoria liberal do Estado. Do primeiro *Tratado* consta a refutação do paternalismo de Robert

Filmer⁴. Aí rejeita Locke que os princípios políticos sejam extraídos da Bíblia, tal como Filmer defendia. Rejeita a presunção de derivar das Escrituras a forma de governo mais recomendável, de tomar a família patriarcal enquanto modelo da vida política e a idéia de que os homens não são livres, mas escravos da sua situação e dos seus deveres. Da mesma forma que não existem idéias inatas, sustenta Locke, não existe poder inato, exarado por Deus.

Muitos dos conceitos centrais da filosófica política de Locke permanecem até hoje: as noções de que, qualquer que seja a forma de governo, os poderes executivo e legislativo não devem ser controlados simultaneamente pelos mesmos indivíduos, de que todo contrato social deve estipular garantias e equilíbrios (*checks and balances*); de que o poder deve ser limitado; da prioridade do bem comum. Estas idéias, que aliam o interesse geral ao interesse particular, o levam a conceber a liberdade e a igualdade como naturais entre os seres humanos. Daí que no Segundo tratado Locke estabeleça, de modo positivo, como a sociedade pode se organizar a partir desses princípios, como a sociedade e o poder político derivam de um pacto entre os homens.

É neste *Segundo Tratado sobre o governo civil*⁵, que sintetiza as tendências intelectuais dominantes no final do século XVII, que o conceito e o papel do trabalho são inteiramente revolucionados.

Nos capítulos iniciais Locke se ocupa do estado natural do ser humano (cap. II), da guerra (cap. III) e da escravidão (cap. IV). O Estado da Natureza, tal como imaginado por Locke, é o estado dos direitos naturais (subsistir, opinar). Difere substancialmente da concepção de Thomas Hobbes (1588-1679), que pretendia justificar o absolutismo. O estado natural do ser humano não é o do estado da guerra de todos contra todos, mas o da inocência e retidão. A sociedade dos homens iguais "...vivendo juntos, de acordo com a razão, sem um superior comum na Terra ...", ou seja, o estado onde a lei (natural) permanece na mão dos indivíduos, não da comunidade⁶. Para Locke, os homens nascem naturalmente livres e iguais. Somos unidos pela razão comum⁷, que nos faz confiar - *trust* - uns nos outros⁸. Delegamos, sem os perder, os direitos naturais à custódia de depositários (*Trustees*), que não podem faltar à sua responsabilidade. Há aqui uma distinção entre o pacto social (*community*) e o pacto de transferência do poder político ao governante, que não chega a ser propriamente um contrato, mas uma relação fiduciária⁹: a ninguém é dado ceder mais do que tem, e ninguém tem a posse de sua liberdade para que a possa alienar a outrem.

No quinto capítulo do *Segundo Tratado* Locke trata da propriedade, sobre a qual funda a origem da sociedade organizada. Diz ele que, no Estado da Natureza, pré-político, mas não pré-social (BARNES & BECKER, 1945, p. 294), não existem naturalmente senão indivíduos. Cada um é proprietário da sua (própria) pessoa e dos bens (propriedades) resultantes do seu trabalho. A propriedade não existe sem o trabalho. Só quem trabalha a sua terra tem o direito de ser proprietário. O homem torna-se proprietário da terra e dos bens quando os retira do estado da natureza¹⁰. O direito de propriedade está condicionado ao de utilidade. Só há propriedade quando o produto do trabalho é destinado a um uso efetivo e legítimo das necessidades humanas. Estabelece-se, desta forma, uma diferença entre o natural, que é comum a todos, mas não tem utilidade, e o transformado pelo trabalho, que é privado, mas pode ser compartilhado, tornado comum, pelo assentimento do proprietário.

Trabalho e propriedade

Contra a idéia que Deus deu a terra aos seus primeiros ocupantes (afinal, que direito teriam os europeus de colonizar a América?), Locke sustenta que é o trabalho que assegura a passagem da propriedade de si à propriedade das coisas. Pelo trabalho, que “distingue e separa”, o homem se apodera das coisas exteriores. A propriedade é anterior ao Estado e o trabalho é anterior à propriedade¹¹. O que resulta do “trabalho do corpo e a obra das mãos ...”¹² é propriedade do homem. O que retirou da natureza, tudo aquilo que o homem transformou, foi anexado, foi excluído do direito comum dos outros homens.

A noção de propriedade evocada por Locke é distinta da que temos na economia de mercado. A propriedade é pensada em conexão com a necessidade de assegurar a preservação da humanidade (CERQUEIRA, 2002, p. 153); isto é, em termos do bem comum e não do bem particular. De sorte que a propriedade e o trabalho são entendidos desde um ponto de vista moral. O trabalho é uma necessidade porque corresponde ao dever moral de assegurar a sobrevivência da espécie. É uma faculdade e um poder: o de livrar o ser humano das condições da vida primitiva¹³.

O trabalho inscreve o homem naquilo que transforma e naquilo que ele retira a subsistência. Nos esforçamos para a “comodidade de vida”. O trabalho faculta que nos apoderemos dos frutos da terra e de tudo que é produzido. Já a moeda, não perecível, permite armazenar e trocar o fruto do trabalho. Transforma a propriedade em bem circulante: possibilita a acumulação e legitima a desigualdade das riquezas. O aparecimento do dinheiro vai desestabilizar a harmonia entre o homem e a natureza. Torna necessária a intervenção exterior a esta relação: a da sociedade política.

O trabalho cria a propriedade e por ela se justifica. Do trabalho deriva a organização social, a organização política e o direito, que é tanto o direito de propriedade como o direito de proteger a propriedade. A lei da natureza dita normas à razão para garantir os direitos fundamentais (vida, propriedade e liberdade). A inclinação para beneficiarmos a nós e a nossos amigos, nos forçou a firmar um contrato entre governantes e governados. O acordo comum para o estabelecimento da moeda (as convenções necessárias à legitimação do seu valor) e a proteção mútua da propriedade privada, fundam a comunidade de interesses que é o Estado. Daí o Estado (soberano) ter como missão defender a propriedade, castigar os ladrões e tratar das querelas comuns a todos os proprietários. O papel do Estado é garantir a propriedade e a sua função é outorgada naturalmente pelo consenso dos seus membros.

O trabalho em geral

O sistema econômico-social, tal como concebido por Locke, dá com razão para se trabalhar a subsistência e a liberdade. O trabalho consiste, primeiramente, em retirar os frutos da natureza e, depois, em os transformar. O móbil do trabalho é a apropriação: eu, ser humano livre e dotado de razão, vejo-me compelido ao esforço produtivo para manter o que me é próprio. De início, o que me foi dado pela natureza, o meu corpo. Depois tudo o que o meu esforço gerou. A manutenção e o progresso da minha vida pessoal e da minha vida social, daqueles que me cercam e me são caros, deriva diretamente da propriedade gerada pelo trabalho, da conservação deste trabalho, via o

acumulo da propriedade, e da proteção de todas as propriedades, mediante a alienação de parte dos direitos delas resultantes a quem se ocupe do governo.

O assalariamento é legítimo, na medida em que eu, proprietário de mim, alieno a minha propriedade, o meu corpo, em troca de outra propriedade que me seja imprescindível à vida. A escravidão é ilegítima, é uma apropriação indébita do ser de outra pessoa. O lucro se justifica na medida em que eu troco minha propriedade por outra que me seja mais vantajosa e cômoda. É o trabalho que "provoca a diferença de valor em tudo quanto existe"¹⁴. O trabalho é que dá valor das coisas. É uma atividade, simultaneamente, privada, universal e necessária. Tem como característica a apropriação, o apropriar-se do mundo (ARENDETT, 1989).

Isto é claro. O que não fica claro em Locke é no que exatamente consiste o trabalho. Nos *Tratados* não se explica se o conceito se estende do esforço material ao trabalho do espírito, que coloca as idéias uma em relação às outras (DUCHESNAU, 1974, p. 23). Mas cartas e outros escritos esclarecem que o conceito de trabalho em Locke corresponde, indiferentemente, ao ato intencional gerador (correlativo à *poiesis* grega e ao *opus* latino) ou transformador (*ponos / labor*); abarca o trabalho físico e o mental; exclui o trabalho escravo e se contrapõe ao lazer (*otium*) (CERQUEIRA, 2002, p. 164). Seja como for, tem-se em Locke, talvez explicitado pela primeira vez, o conceito do "trabalho em geral". O conceito que irá figurar nas duas Declarações dos Direitos Humanos, a americana, de 1787, e a francesa, de 1789 (CHÂTELET, 1994). O conceito que, sistematizado por Adam Smith, constrói os fundamentos do liberalismo econômico que aí está.

Adam Smith: o trabalho cria o valor

Adam Smith (Kirkaldy, 1723 – Edimburgo, 1790) foi professor de Filosofia Moral na Universidade de Glasgow, da qual chegou a ser reitor. Publicou textos sobre astronomia, estética, jurisprudência, lingüística, lógica, metafísica e retórica, antes de se dedicar à filosofia moral e, ao que, na época, era uma derivação dos sistemas práticos da moralidade: a economia. Amigo de David Hume (Edimburgo, 1711-1776), um dos maiores filósofos de todos os tempos, Smith pode reunir os saberes sobre a economia moral, que vinham de Locke, ao saberes práticos dos fisiocratas, os precursores dos economistas, e ao saber político de Bernard de Mandeville (Rotterdam, 1670 – Londres, 1733), fundando um novo campo do conhecimento ao destacar a ciência econômica da filosofia.

Entre a publicação do *Segundo tratado* de Locke [1690]¹⁵ e a *Investigação sobre a causa e a natureza da riqueza das nações* [1776] de Adam Smith, medeiavam 86 anos. Neste período ocorreu uma revolução na mentalidade ocidental. Da tolerância em relação ao comércio e à riqueza do fim da Idade Média, havia-se passado à sua deseabilidade. Em 1714 a obra de Mandeville, a *Fábula das abelhas*¹⁶, ainda causava escândalo ao fazer a apologia do enriquecimento (MEDA, 1995, p. 60). Mas, em 1776, Smith podia tranquilamente tratar do tema da riqueza e da prosperidade econômica. A ordem dos valores havia sido revertida.

À época, vigia o mercantilismo, o pressuposto de que a riqueza de uma nação era fruto do seu comércio exterior. Mas, uma série de idéias, teorias, experiências, investigações tinham sido lançadas para explicar como é possível aumentar as riquezas, não só das nações como dos

indivíduos. Por exemplo, em 1748, Benjamim Franklin (Boston, 1706 – Philadelphia, 1790), para admiração dos contemporâneos e ilustração da posteridade, havia dito que “tempo é dinheiro” e que o dinheiro é gerador e prolífico¹⁷.

Se os filósofos se lançavam em especulações sobre o funcionamento da economia, os fisiocratas tinham um entendimento mecânico de como a vida social e econômica funciona. O mais importante deles, François Quesnay (1694-1774), médico da Madame Pompadour, autor do *Tableau Économique*¹⁸, que Smith conheceu pessoalmente, dizia que a economia é um circuito em que os bens e moeda fluem de maneira contínua entre as camadas sociais, animando a vida coletiva como a circulação do sangue anima a vida humana. Creditava o valor do trabalho somente às “classes produtivas” (agricultores), que provêm excedentes (*produit net*), recusando-o às “classes proprietárias” (soberano e donos de terras) e às “classes estéreis” (artesãos e negociantes), uma vez que só a agricultura gera excedentes úteis.

No espírito dos fisiocratas, do imperativo da fluidez da economia para que as “nações” pudessem prosperar e para que o povo pudesse escapar do estado de indigência em que vivia à época, Adam Smith tentou dar conta do denominado “problema insolúvel”, formulado por Mandeville, que se expressa da seguinte forma: como é possível alcançar o interesse comum enquanto o interesse egoísta prevalece?

O sistema moral e o mecanismo econômico

Na sua *Teoria dos sentimentos morais*¹⁹, ele se indagou sobre a origem e a natureza do sentido de moralidade, que até Kant, era considerada a fonte da ética. O problema que tentou resolver - de como uma sociedade composta de indivíduos egoístas pode erigir um sistema em que os juízos e as ações sejam subordinados a considerações éticas - é uma questão da filosofia moral, que está na raiz da economia e do *management*. A solução que Adam Smith propõe não é original: repousa na idéia de simpatia, ou *sympatheia*, um termo, recuperado por Hume²⁰, que corresponde ao conceito atual da empatia²¹. É a mesma noção que informa o utilitarismo ético, sistematizado por Jeremy Bentham²² (Londres, 1748-1842), contemporâneo de Smith.

Como os utilitaristas, ele pensava que o homem está destinado a manter relações de solidariedade como os seus semelhantes, não por interesse egoísta, mas como condição para o bem estar comum. Trata-se da noção de *self-interest*, habitualmente traduzido como “interesse egoísta”, mas tem uma conotação mais branda: a do desejo que tem o ser humano de melhorar sua condição. Construimos os nossos sentimentos morais por “simpatia”, isto é, pelo conhecimento que uma pessoa tem das “paixões” (padecimentos) de outra. Conhecimento que se deve ao fato de que participamos destas paixões (nos com-padecemos) como decorrência da analogia dos sentimentos comuns à humanidade.

Contra o que denominava “o sistema licencioso do Dr. Mandeville” (HURTADO-PRIETO, 2006), por não distinguir o vício da virtude, Adam Smith acreditava que a vaidade não é o único motivo da benevolência, nem o egoísmo o único móbil para a ação. Dizia que o homem está submetido a três tipos de paixões: i) a paixão egoísta (amor de si), que faz com que se interesse pelo seu bem estar; ii) a paixão associal (ressentimento), que o leva a buscar proteção e reparo

contra as ofensas sociais e, iii) a paixão social (simpatia), que faz com que se interesse pelos outros. É nesta última, na identificação empática, que ele centra a sua teoria moral.

A simpatia faz com que cada um de nós espere dos demais a mesma boa vontade que lhes dedica. Esta expectativa recíproca é que vincula os indivíduos e torna a sociedade uma estrutura consistente, um sistema de intercâmbios. Deixado à sua natureza, o ser humano socialmente livre compensaria o *self-interest* e o ressentimento pela simpatia, pela projeção dos outros sujeitos livres em si. Por isto, a liberdade de iniciativa, o combate às injustiças, inclusive às injustiças econômicas, devem ser o propósito da vida social. Seu estudo e aperfeiçoamento, o dever do indivíduo e do Estado. De como isto é possível, Smith tenta dar conta na *Riqueza das nações*, onde procura responder à questão de como o equilíbrio e a justiça em uma economia social levam, necessariamente, ao progresso. Nesta obra, Adam Smith sustenta que a prosperidade econômica, como queriam os fisiocratas, deriva do equilíbrio natural dos interesses conflitantes; que o aumento da riqueza dar-se-ia pelo aumento dos recursos derivados da livre contraposição de interesses e da livre escolha, especialmente dos recursos humanos (*labour imput*), que aumentariam a produção e a renda e, portanto, a demanda por bens e serviços. E que a "ordem natural", do indivíduo autônomo, já expressa na *Teoria dos sentimentos morais*, equilibraria e daria coesão ao sistema econômico.

Também como os fisiocratas, Smith pregou o liberalismo do "*laissez-faire, laissez-passer*" contra qualquer regulamentação. É a idéia de que os móveis egoístas regulariam naturalmente a vida econômica; que uma "mão invisível", que, filosoficamente, antecipa a "insociável sociabilidade" de Kant²³ e a "astúcia da razão" de Hegel²⁴, ordenaria o entrelaçamento dos interesses privados. De forma que a identificação empática animaria o mecanismo que faz com que os interesses individuais entrem em conformidade com os sociais, e cuja mediação proporcionaria a estabilidade social, que Smith acreditava ser mais importante do que o alívio direto dos miseráveis (HEIBRONER, 1991, p. 23), ou melhor, que ele considerava o caminho para o alívio dos miseráveis. O processo evolutivo do confronto das forças individuais, que teriam levado à internalização da moral, transformando o homem primitivo no ser social, equilibrado e prudente, que conforma o ideal proposto na *Teoria*, teria, igualmente, conduzido a economia ao ponto da autoregulação equilibrada da *Riqueza*

A tese fundamental de Smith sobre o trabalho se encontra na criação do valor. Para ele, é o trabalho humano, e não a terra nem as trocas, que realmente produz bens úteis. Quanto mais trabalho, isto é, quanto mais horas trabalhadas e maior o número de trabalhadores, maior a geração de valor (BUCHANAM, 1992, p. 104). O ganho de produtividade é consequência da divisão do trabalho e a produtividade é a chave para a expansão dos mercados, que demandam mais produtos, que requerem mais trabalho, e assim por diante. Com isto, Smith desloca a preocupação dos fisiocratas, fixada no capitalismo agrário, para o capitalismo industrial, e conforma o Estado a um papel negativo: o de limitar-se a permitir o livre curso dos mecanismos econômicos. As virtudes que espera do Estado são que proveja o bem estar, que haja com prudência e com justiça, ou seja, que proteja contra a violência, a injustiça e a opressão²⁵.

Nesta perspectiva, o importante para uma nação é desenvolver as forças produtivas. Daí a exortação do livre comércio e do livre cambismo. Daí a objeção às normas e leis que pretendessem proteger atividades ou grupos, que impedissem que os indivíduos pudessem cuidar de si e dos seus interesses livremente. Daí, principalmente, a postulação de desregulamentação do trabalho, à época

ainda preso as normas corporativas, e a leis, como as “leis dos pobres”²⁶, que impediam a migração dos trabalhadores de uma paróquia a outra, e de tudo que constituísse barreiras à livre negociação do trabalho.

O trabalho em três dimensões

O primeiro livro da *Riqueza das nações* trata do trabalho; o segundo, do capital; o terceiro, da organização econômica das nações, o quarto, da teoria econômica; o quinto e último, das questões anteriores consideradas do ponto de vista do Estado. Já no segundo parágrafo da introdução, Smith explica que a fortuna de uma nação depende exclusivamente de dois fatores: a habilidade dos trabalhadores e a proporção entre o número de trabalhadores úteis e os inúteis. A importância emprestada ao trabalho deriva da forma como o sistema de Smith é concebido: a empatia leva ao entendimento de que as paixões negativas - o móbil egoísta e o ressentimento - são contraproducentes, de que desfavorecem os interesses individuais. O livre comércio seria, então, regulado por esta mão invisível, por esta compreensão da conformidade entre os interesses sociais e os individuais. Devidamente policiado contra desvios pelo Estado (sua única função) o sistema propiciaria a estabilidade social necessária à internalização da moral e à prosperidade econômica. A constância do processo econômico levaria a uma busca pela produtividade, em cuja base está o trabalho, que gera os bens a serem transacionados. De forma que o crescimento econômico dependeria essencialmente da produtividade marginal do trabalho, que, por sua vez, é função da sua ordenação, da destreza requerida do trabalhador, da complexidade das tarefas, e assim por diante.

A abstração

O trabalho é o “poder produtivo”, é a faculdade humana de criar valor e de multiplicá-lo. É a “coisa que cria riquezas”. Da noção, de Locke, de que o trabalho cria a propriedade, Adam Smith evolui para a idéia de que o trabalho é a medida do valor. É a administração do trabalho corretamente organizado que permite criar valor; concepção que conduz ao conceito do trabalho como “coisa”, deixando de lado as condições em que é exercido. Com Smith, o trabalho se torna uma abstração.

Foram os fisiocratas que facultaram a Adam Smith formular o conceito do trabalho abstrato. Eles criam existir uma ordem natural na economia e na sociedade. Nesta ordem, os homens poderiam dispor livremente do produto do seu trabalho. O livre comércio se auto-regularia naturalmente, de forma que toda tentativa de normatização econômica produziria danos maiores dos que os tentaria regular. Os fisiocratas distinguiram os setores econômicos produtivos, isto é, aqueles em que o resultado útil da produção é maior que os recursos nela empregados (agricultura e extração), dos setores não produtivos. O que faz Smith é estender o “poder produtivo do trabalho” (a capacidade de produção) para além do trabalho concreto – agrícola e industrial, entendido como o dispêndio de energia física e psíquica despendidas no processo de produzir – e formular a categoria de trabalho abstrato que “embora possa tornar-se suficientemente inteligível, não é, de modo algum, natural e óbvia”²⁷. Concebe a noção do trabalho “sem mais”, isto é, todas as atividades, sem distinção, que geram produtos, o trabalho produtivo²⁸ (também “sem mais”), o trabalho em abstrato.

Se em Locke o trabalho cria a propriedade, com Smith o trabalho cria o a medida do valor. Pode ser convertido em propriedade (Locke), em riqueza (fisiocratas), em tempo (Benjamim). O trabalho, que era até então o esforço humano aplicado a retirar da natureza e a transformar os elementos necessários à subsistência, ganha uma outra dimensão: torna-se uma substância homogênea, idêntica em todos os tempos e em todos os lugares e infinitamente divisível em *quanta* de valor. Tornou-se o ente abstrato que funda a comensurabilidade das coisas diferentes. Todos os objetos que nós usamos e que nós trocamos contêm trabalho. Todas as coisas são transformáveis e decomponíveis em trabalho, em quantidade de fadiga ou em desgaste físico (MÉDA, 1995, p. 62).

A medida do valor

Nesta perspectiva, o intercâmbio econômico é o intercâmbio do trabalho necessário à produção dos bens. O valor-trabalho redundando em valor de uso (a utilidade de um produto particular) em valor de troca (a faculdade que deriva da posse do produto, de com ele, poder adquirir outros produtos).

A concepção de que o valor de troca da mercadoria depende do trabalho que ela demanda para ser produzida é anterior à Smith. Locke, Benjamim Franklin e outros a mencionam. A inovação introduzida por ele reside na idéia do trabalho como valor passível de ser utilizado como medida homogênea. A distinção entre os valores já se encontra em Aristóteles, ainda que na forma do uso dos bens (do sapateiro e do arquiteto) (THIRY-CHERQUES, 2002). Foi Sir William Petty (Inglaterra, 1623-1687), médico, como Locke, Quesnay e Mandeville, quem distinguiu o valor de uso do valor de troca das mercadorias e que disse que a riqueza de uma nação é constituída pelos valores de uso das mercadorias, pelo seu produto per capita. Petty examinou o papel do Estado na economia e estabeleceu a teoria do valor trabalho. Formulou vários conceitos até hoje utilizados em economia política, como o de "pleno emprego", por exemplo, e apontou o trabalho, e não o comércio, como a verdadeira origem da riqueza. Para ele, o trabalho era "... o pai e principio ativo da origem da riqueza, da mesma forma que as terras são sua mãe"²⁹.

A originalidade de Adam Smith consiste em evocar que um valor não é redutível ao outro, que um bem de grande utilidade pode valer pouco em uma troca e vice-versa; que o fundamento do valor de troca não é utilidade da mercadoria; é o trabalho gasto na sua produção, que se reflete no preço. Ele foi o primeiro a concluir que o aumento da riqueza de uma nação ou de um indivíduo estaria diretamente ligado ao aumento da produtividade.

A produtividade

Adam Smith mostrou que só é possível falar de uma complementaridade de interesses individuais e sociais em termos da maximização líquida da quantidade de trabalho disponível (DEMEULENAERE, 1996, p.106). O trabalho, assim entendido, é um constructo instrumental e abstrato, cuja essência remete à outra abstração: o tempo. Reunindo o conceito do trabalho abstrato ao do trabalho-valor, Smith chega à conclusão de que o trabalho humano produz toda a riqueza e todo incremento desta riqueza se deve ao incremento da produtividade do trabalho; uma produtividade que é função, principalmente da forma de se trabalhar, de como o esforço humano é organizado.

A divisão do trabalho data de Platão³⁰, que distingue a diversidade natural das necessidades e a diversidade de aptidões dos indivíduos. A inovação de Smith é a considerar a divisão vertical do trabalho, o fracionamento das operações de um ofício. Trata-se da idéia de que um indivíduo isolado não é capaz de prover todas as suas necessidades. No celebre exemplo da fabricação dos alfinetes, que abre a *Riqueza das nações*³¹, Smith mostra como a divisão extrema do trabalho por tarefa, e não por exclusividade de ofício, acarreta a especialização. A repetição infinita da mesma tarefa faz com que o trabalhador adquira uma grande destreza. Isto permite que ele produza mais em menos tempo, vale dizer, que ganhe mais pelo tempo despendido no trabalho.

Com a fragmentação do processo produtivo sai-se da divisão "natural", platônica, antropológica do trabalho para uma construção racional, científica, administrativa do fator humano na produção. Adam Smith, ao ilustrar a divisão do trabalho, identificou dezoito ações distintas para a fabricação dos alfinetes, desde cortar o arame até embalar o produto. Demonstrou que um homem sozinho não conseguiria fazer mais do que 20 alfinetes por dia, mas que 10 homens dividindo o trabalho poderiam fabricar cerca de 48 mil alfinetes por dia. De forma que o caminho para se aumentar a riqueza é o caminho do aumento da produtividade resultante da divisão do trabalho.

O que Adam Smith descreve não é, ainda, a produção em série, mas a produção em lotes (MURPHY, 1993). Um mesmo operário faz uma coisa de cada vez, o que implica: i) em especialização (fabrica-se um único produto), ii) na divisão de tarefas especializadas, isto é, na utilização de tantos sub-ofícios quantas operações fossem necessárias à produção. Como consequência tem-se: i) um incremento na destreza por repetição (do trabalho) das "mãos", ii) o que requer maior simplicidade de tarefas, iii) acarreta redução do tempo morto (economia do tempo que se perde passando de uma operação a outra), iv) maior velocidade na produção, v) além da melhor utilização das máquinas (a possibilidade inventar-se máquinas que realizem tarefas simples e especializadas); vi) a utilização plena dos equipamentos (turnos), com a redução da ociosidade, vii) o aumento da quantidade de trabalho; e viii) abre a possibilidade de comprar a quantidade exata de força de trabalho - em volume e perícia - requerida. Ou seja, a força de trabalho pode ser comprada mais barato como elementos dissociados do que como capacidade integrada em um só trabalhador (BRAVERMAN, 1977, p. 74-5).

Assimetria

O ciclo moral-econômico do sistema de Smith se completa com a idéia de que a assimetria, e não o equilíbrio, faz funcionar a economia.

Para que o sistema opere efetivamente, é necessário instilar e manter uma ética do trabalho, valorizando o esforço humano e repudiando o ócio. Só assim haveria o desequilíbrio entre a oferta e a demanda, necessário ao crescimento do mercado (BUCHANAM, 1992, p. 104). Cada trabalhador deseja progredir mais do que outro, deseja prosperar sobre o outro, como dizia Mandeville, e isto é bom, diz Smith, porque este propósito egoísta, o *self-interest*, cria desequilíbrios que animam a economia. Se o açougueiro, o cervejeiro, etc. decidissem deixar de competir por maior ganho, se acomodando ou aposentando, a economia como um todo deixaria de crescer. Tenderia a se estabilizar, diminuindo, simultaneamente a demanda por trabalho³². Esta mesma ambição é que faz com que se busque o aumento da eficiência, da destreza. Para que a destreza aumentasse

progressivamente seria necessário investir no que, hoje, os economistas chamam de capital humano. Por isto, diz Adam Smith que a "... educação, estudo e aprendizado, têm sempre um custo, que é o do capital integralizado e atualizado na pessoa"³³. O que gera e legitima uma divisão entre o trabalho intelectual, mais difícil de ser apreendido e, portanto, melhor remunerado, e o trabalho manual - dos que fazem (produzem) - o trabalho dos que não contribuem para a produção das coisas "necessárias e cômodas".

O desenvolvimento da destreza do trabalhador pode ser considerado sob a mesma ótica de uma máquina ou de um instrumento de comércio, que facilita e abrevia o trabalho e que, ainda que representando um certo custo, paga este gasto com lucro³⁴. Um homem educado à custa de muito trabalho e tempo é como uma máquina cara. O rendimento do seu trabalho deve superar o investimento na educação, no mínimo na mesma produção que o investimento financeiro comum. Deve-se, por último, considerar que a duração da vida humana é incerta se comparada com a da máquina, e ter em conta que investimentos genéricos, como os que são feitos na educação feminina e na educação pública não têm retorno garantido³⁵.

Abstração e valor

Sendo o esforço produtivo uma abstração, o seu conteúdo não tem valor em si mesmo. É a quantidade constante de energia e de tempo que vai representar o valor do trabalho e, este, do custo da produção. O "poder produtivo da nação" é dado pela quantidade de trabalho suscetível de ser fornecido. O trabalhador será avaliado pela quantidade de trabalho útil que pode fornecer. As indústrias pela relação entre o trabalho que consomem e o produto-trabalho que geram. De forma que cada um tem interesse em fazer valer as suas aptidões pessoais na divisão do trabalho. Não é a benevolência do açougueiro ou do cervejeiro que dá o nosso jantar, mas o seu próprio interesse³⁶.

O sujeito que satisfaz as suas aspirações, que troca o seu excedente, que transaciona, que comercializa, toma o lugar do sujeito que satisfaz as suas necessidades. O excedente é um valor (o valor-trabalho nele embutido), mas não é algo tangível; é o tanto de mercadoria que sobra depois do consumo necessário à reprodução da vida. A relação de troca é concebida com troca de excedentes, como troca de quantidades homogêneas de trabalho. A conduta do trabalhador é conformada por este processo de socialização, pela resultante do confronto entre a autoproteção contra as forças da natureza e pela inclinação para a melhoria da vida, para o conforto e a tranquilidade pessoal, que são o móbil da acumulação de capital. Este mecanismo gera não só homem moral, mas o homem econômico, cujo comportamento - "naturalmente" adaptado ao processo evolutivo - orientaria a superação da sociedade mercantilista e a implantação de uma economia industrial.

É este mesmo processo que conduz o ser humano ao estado de direito, ao reconhecimento da utilidade da civilidade, o "reconhecimento universal da necessidade de obedecer ao magistrado para que a justiça e a paz sejam preservados" (HEIBRONER, 1991, p. 27). É, também, este mecanismo que leva, sempre "naturalmente", à desigualdade entre os homens, à evidência da superioridade das qualidades pessoais, da idade, e, por acumulação, da fortuna e do nascimento, circunstâncias que³⁷ constituem e legitimam a hierarquia social.

O trabalho medido

Com Adam Smith, o trabalho não é como o tempo e o valor; o trabalho é o tempo e o valor. O propósito do trabalho é a produção de bens, mas a sua função é a de tornar estes bens comparáveis. O tempo do trabalho embasa a lógica do valor e da produtividade. Se o trabalho é uma unidade homogênea, ele pode ser dividido, re-combinado, aperfeiçoado e tornado mais eficiente. O conteúdo do trabalho não vem ao caso. Por isto é possível discorrer sobre as medidas, a quantificação desta "coisa" que é o esforço humano produtivo, que é como o tempo ou espaço, na física de Newton, que podem ser fracionados, medidos, comparados, mas cujo conteúdo (o que é o tempo em essência?) não é discutido.

E como se mede o trabalho (o valor das coisas)? Adam Smith diz que só existem duas formas de medi-lo: pela destreza requerida à sua efetivação e pelo tempo gasto. Mas como a destreza é difícil de ser medida e como, em última instancia maior destreza significa menos tempo de execução das tarefas, será o tempo, esta abstração homogênea, que servirá de critério de mensuração do trabalho.

A distorção é evidente: não é o conteúdo do trabalho, mas o unidimensionalidade do tempo, que se mede. O que conta é o esforço produtivo somente em um dos seus atributos: a duração. Smith estabelece uma gradação no valor trabalho em função das diferenças qualitativas (dificuldade de produção, know-how requerido, etc.), mas estas são características que implicam em maior ou menor tempo de produção. Isto lhe permite considerar o trabalho indeterminado, "sem qualidades", abstrato, o que acarreta que cada trabalho concreto possa representar um certo número de unidades determinadas pelo tempo trabalhado.

Para Smith, cada sujeito social dispõe de uma vontade livre, o que impede de considerá-lo como uma peça sobre um tabuleiro de xadrez. Idéia que é antes lógica do que moral, isto é, que expõe a evidência de que não é possível controlar as vontades de todos os seres humanos. Idéia que implica em uma visão instrumental do trabalho e a submissão do trabalhador ao capital. Nestes termos, o contrato de trabalho não é um contrato como os outros porque as duas partes são desiguais: uma trabalha para viver, a outra pode viver sem trabalhar. A liberdade do trabalho consistiria em se poder vender o trabalho sem se vender o corpo, sendo dever do governo garantir a compra e a venda do esforço humano.

Smith diz que a teoria do valor-trabalho é restrita: aplica-se somente ao "primeiro estágio informe da sociedade" (*early and rude state*³⁸), que precede a acumulação de capital e apropriação do solo. Quando o capital entra em cena, a situação muda. Mas o lucro e a renda não podem ser considerados como resultantes do trabalho. A sua noção de valor de troca não comporta, portanto, o que hoje denominamos valor de mercado. Distingue o valor, criado pelo trabalho, do preço, determinado pela combinação de salários, lucros e rendas. De forma que todas as atividades que produzem ou transformam mercadorias possuem valor.

Adam Smith adicionou o artesanato e a manufatura às classes produtoras dos fisiocratas. Considerou o proprietário de terras, o industrial e o capitalista, como beneficiários do trabalho; a fortuna sendo maior ou menor na razão direta da dimensão da quantidade e trabalho de outros

homens que ela permite comprar³⁹. Até aí vai Smith. Não ultrapassa a barreira da legitimidade da exploração do trabalho. Ao cabo, junta a renda e o lucro ao salário como partes constituintes do valor (de troca), que é idêntico aos custos de produção, limitando o valor-trabalho à constituição do valor de uso. Questão que será retomada por Ricardo, mas que só se tornará central, em uma perspectiva inteiramente diversa, um século mais tarde, na teoria marxista.

Dizer que o trabalho é a medida do valor de troca de toda mercadoria implica em desconsiderar o conteúdo (a "substância", dirá Marx) deste valor, isto é, só considerar a sua quantidade e não a sua qualidade. Mas só de Adam Smith em diante é que se pode falar **do** trabalho, da "força produtiva", concebida como o esforço de qualquer ser humano. O trabalho, isto que se paga, que tem um preço, tem, portanto, pouco mais do que 230 anos. Ele fez da economia uma disciplina independente da moral e da política. Resolveu, ao menos em teoria, o problema da socialização, postulando a coesão social conquistada à custa da compaixão (HEIBRONER, 1991, p. 34). Mostrou como o fato social da desigualdade, fonte potencial de inquietação e de ruptura social, pode se tornar o agente que reforça a coesão e a ordem (HEIBRONER, 1991, p. 29).

Smith hesitou quanto às conseqüências da divisão do trabalho. Ora a viu, utopicamente, como condição para o entendimento e a cooperação fraterna entre os homens, ora como estatuto do embrutecimento psíquico. Há, evidentemente, uma incoerência entre o ser humano que orienta suas ações sobre o princípio da empatia e o trabalhador-máquina, um contraste entre o rigor ético da *Teoria* e indiferença moral da *Riqueza das nações*. Mas o desafio que Smith se colocou não foi o de prover a felicidade idílica do trabalhador, mas o de equacionar o problema, mais realista, de como tirá-lo da miséria em que vivia. O objetivo da sociedade que propõe é o bem estar de cada um e não o poder e a riqueza em si mesma (HURTADO-PRIETO, 2006, p. 14).

É verdade que a idéia de que o ser humano é um ativo negociável é, em si, ofensiva. A de que deva ser visto como um objeto, como uma máquina, é eticamente insustentável. Mas quando se pensa nos termos e no contexto de Smith, o sistema que constrói nada tem de absurdo. Se acrescentarmos à destreza, a informação, a ampliação social do saber e a absorção pessoal do conhecimento, a sua equação não está longe de ser eticamente sustentável. Parece perfeitamente lógico e são afirmar que a taxa de retorno dos gastos em salários, em educação, em cultura, em saúde, enfim, que o investimento no trabalhador seja a fonte da riqueza de uma nação⁴⁰.

O conceito do trabalho, tal como o herdamos

Claro que podemos argumentar que o sistema de Adam Smith é injusto, que o trabalho, segundo esse esquema, tem não um valor, mas um preço, que não considera necessariamente o seu valor, uma vez que o preço do trabalho é dado pelas forças de mercado, pela mão invisível do mercado. Podemos argumentar que o seu raciocínio só seria perfeito se o trabalho fosse realmente homogêneo e se o que fosse medido fosse o esforço produtivo e não o tempo, ou melhor, a duração do esforço, sua qualidade, não sua intensidade ou abrangência. Muitos outros reparos podem ser feitos à Adam Smith. Mas o fato é que ele foi o primeiro a apontar um dos problemas fundamentais do trabalho, que será a questão da economia e da administração: o de se saber se o valor adicionado

vem da quantidade de trabalho incorporado ao produto ou do valor que os compradores potenciais lhe atribuem ou, ainda, dos dois.

Este conceito do trabalho como categoria homogênea, na forma que o herdamos, condiciona e orienta a gestão dos recursos humanos nas organizações contemporâneas. A sua formulação, iniciada no final do século XVII e consolidada ao longo dos dois séculos seguintes, compreende alguns atributos que permanecem inalterados. Outros que já não fazem mais sentido. Outros, ainda, estão sendo revistos.

Das formulações de Locke sobre o trabalho, permanecem as idéias de que o trabalho cria a propriedade, de que, mediante o trabalho é possível assegurar a comodidade de vida. Perderam força as noções do trabalho como necessidade moral de assegurar a sobrevivência da espécie humana, do trabalho como uma faculdade e a idéia de que a organização social e o direito derivam exclusivamente do trabalho. O contrato que sustenta o trabalho deixou de ser uma relação fiduciária, se é que, de fato, alguma vez de fato o foi, para ser um formalismo que visa preservar os contratados contra a ganância dos contratantes e proteger os contratantes do poder de mobilização dos contratados.

Das formulações de Adam Smith, parecem ainda ter validade as idéias de que o trabalho é necessário à produção e é útil à vida, de que o trabalho cria valor, de que a desregulamentação do trabalho pode aumentar o emprego e, conseqüentemente, a riqueza. A complexidade do mundo moderno fez com que as idéias do trabalho unicamente conversível em tempo e de que a venda do trabalho como forma ideal de subsistência fossem superadas. Outras maneiras de organizar o trabalho substituíram o fracionamento simples e a linearidade como instrumento de ganhos marginais de produtividade. Em que pesem as teorias econômicas e gerenciais, é evidente que deixou de ter sentido a idéia do trabalho como substância homogênea, idêntica em todas as circunstâncias, infinitamente divisível em *quanta* de valor.

Com Locke e com Adam Smith o trabalho passou de simples fator à categoria central para a compreensão da vida econômica e das relações sociais. Michel Foucault (1999) assinala que o conceito de trabalho foi introduzido com um estatuto singular: o de permitir o estabelecimento de identidades e de diferenças para fornecer o instrumento de medida qualitativa de uma ordenação que a taxonomia dos quadros, como o *Tableau* de Quesnay, não podia dar mais conta. Mas que termina por ser um conceito que compreende as raízes e as conseqüências, a causalidade e a história e que chega até nós, fazendo aparecer novos objetos (produção, bens, mercado) que necessitam de novos métodos para serem entendidos.

Um dos pontos essenciais da discussão que hoje se trava em torno da gestão dos recursos humanos é justamente este: de um lado as mutações na esfera econômico-organizacional conduziram a uma diversidade crescente nos tipos de esforço humano, físico e mental, requerido para a produção de bens e para a geração de serviços. De outro, o discurso acadêmico e a prática investigativa ainda se fundamentam em conceitos equivocadamente homogêneos: o do trabalho em geral, isto é, em uma noção que abarca todo tipo de trabalho, formulada por Locke, e o do trabalho em abstrato, de Adam Smith, isto é, na idéia de um ente essencial, em que os atributos são meros acidentes. A reflexão sobre os elementos e as implicações destes conceitos é imprescindível ser pretendemos reconciliar a prática do cotidiano das organizações e o discurso idealizado da academia;

se quisermos reparar uma cisão que parece estar na raiz da dificuldade em explicar, controlar e gerir o trabalho na perspectiva e na dimensão em que hoje se coloca.

Referências

- ARENDET, Hannah; **A condição humana**; Rio de Janeiro; Forense; [1958], 1989
- BARNES, Harvy Elmer; BECKER, Howard. **Historia del pensamiento social**; México; versión española de Tomás Nuñez Molina; México; Fondo de Cultura Económica; 1945; p. 294
- BRAVERMAN, Harry; Trabalho e capital monopolista; Rio de Janeiro; Zahar; 1977.
- BUCHANAM, James M.; The supply of labour and de extent of the market [104-130]; in, Michael Fry ed.; **Adam Smith's legacy**; London; Routledge; [1960] 1992.
- CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama; Trabalho e política: Locke e o discurso econômico; **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 1 (85), janeiro-março/2002.
- CHÂTELET, François; **Uma história da razão** - entrevistas; Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor; 1994
- DEMEULENAERE, Pierre; **Homo economicus, enquête sur la constitution d'un paradigme**. Paris ; Presses Universitaires de France ; 1996.
- DUCHESNAU, François; John Locke; in François Châtelet org. ; **História da filosofia : idéias, doutrinas**_vol. 4 de 8; Tradução de Guido de Almeida; Rio de Janeiro; Zahar Editores; 1974.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**; Tradução de Salma Tannus Muchail; São Paulo; MartinsFontes; 1999.
- HEIBRONER, Robert L.; The socialization of the individual in Adam Smith in Mark Blaug ed.; **Adam Smith**; England; Edward Elgar Publishing Limited; 1991 [2 vol.].
- HURTADO-PRIETO, Jimena; Adam Smith and mandevillean heritage: the mercantilist foundations of "Dr. Mandeville's licentious system"; cópia xerográfica. Université de Paris **X**, Nanterre; 2006.
- LASLETT, Peter - A teoria social e política dos "Dois tratados sobre o governo - in - **O pensamento político clássico**; Quirino C.G., et alli , organizador - São Paulo - T.A. Queirós - 1980.
- MURPHY, James Bernard; **The moral economy of labor, aristotelian themes in economic theory**; EUA; Yale University Press; 1993
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; O Racional e o razoável: Aristóteles e o trabalho hoje, **Cadernos EBAPE.BR**, 1 (1); 2002.

¹ Locke, John; **Ensaio acerca do entendimento humano**; Tradução de E. Jocy Monteiro; São Paulo; Abril Cultural (Os Pensadores); 1973 [1690]

² do *methodus medendi*, método de tratamento. Duchesneau, François; John Locke; in François Châtelet org. ; **História da filosofia** : idéias, doutrinas vol. 4 de 8; Tradução de Guido de Almeida; Rio de Janeiro; Zahar Editores; 1974 [1972]; pág. 8

³ Locke, John; **Carta sobre a tolerância**; Tradução de E. Jocy Monteiro; São Paulo; Abril Cultural (Os Pensadores); 1973 [1689]

⁴ Robert Filmer (1588-1653), defensor do absolutismo, segundo o qual os monarcas reinantes remontam seu poder a Adão e Eva.

⁵ Locke, John - **Segundo tratado sobre o governo civil**; Tradução de E. Jocy Monteiro; São Paulo; Abril Cultural (Os Pensadores); 1973 [1690]

⁶ "Estado também de igualdade, no qual é recíproco qualquer poder e jurisdição, ninguém sendo mais do que qualquer outro ..." - Locke, John - **Segundo tratado sobre o governo civil**; Tradução de E. Jocy Monteiro; São Paulo; Abril Cultural (Os Pensadores); 1973 [1690] (II, §4) - Pág. 40

⁷ Locke, John - **Segundo tratado sobre o governo civil**; Tradução de E. Jocy Monteiro; São Paulo; Abril Cultural (Os Pensadores); 1973 [1690]; seção 72; pág. 67

⁸ Locke, John - **Segundo tratado sobre o governo civil**; Tradução de E. Jocy Monteiro; São Paulo; Abril Cultural (Os Pensadores); 1973 [1690]; seção 107; pág. 81

⁹ Locke, John - **Segundo tratado sobre o governo civil**; Tradução de E. Jocy Monteiro; São Paulo; Abril Cultural (Os Pensadores); 1973 [1690]; seção 240; pág.136

¹⁰ Jacob, Annie: **Le travail, reflets des cultures: du sauvage indolent au travailleur productif**; Paris; PUF; 1994 [276 págs.]

¹¹ Cf. Schilling, Kurt. **História das idéias sociais**; tradução de Fausto Guimarães; Rio de Janeiro; Zahar Editores; 1966 [1957]; 399 págs.; pág. 235

¹² Locke, John - **Segundo tratado sobre o governo civil**; Tradução de E. Jocy Monteiro; São Paulo; Abril Cultural (Os Pensadores); 1973 [1690]; seção 27; pág. 51

¹³ Locke, John - **Segundo tratado sobre o governo civil**; Tradução de E. Jocy Monteiro; São Paulo; Abril Cultural (Os Pensadores); 1973 [1690]; seção 128; pág. 89

¹⁴ Locke, John - **Segundo tratado sobre o governo civil**; Tradução de E. Jocy Monteiro; São Paulo; Abril Cultural (Os Pensadores); 1973 [1690]; seção 40; pág. 56

¹⁵ Locke, John - **Segundo tratado sobre o governo civil**; Tradução de E. Jocy Monteiro; São Paulo; Abril Cultural (Os Pensadores); 1973 [1690];

¹⁶ Bernard de Mandeville, médico e filósofo holandês. Sua obra principal é uma série intitulada "Fábula das abelhas, ou vícios privados e benefícios públicos" [Mandeville, Bernard, **The fable of the bees or private vices, public benefits**; Oxford; Clarendon Press; 1966], publicada a partir de 1714, onde uma colméia representa a sociedade britânica da época. As abelhas ricas e refinadas são incapazes de compreender que a falta de honradez, que lamentam continuamente, constitui o fundamento da ordem e da prosperidade da colméia. Quando os deuses atendem a seus reclamos contra o lucro excessivo, o orgulho e os crimes, a honradez, e junto com ela, a miséria e a mediocridade, sobrevêm. A colméia deixa de progredir e passa ao equilíbrio da vida sem interesse e da economia de subsistência.

¹⁷ Franklin, Benjamin; **Advice to young tradesman**; London; Penguin Reference Book; 1960; pág. 162

¹⁸ <http://www.bnf.fr/classique/gallica>

¹⁹ Smith, Adam; **Teoria dos sentimentos morais**[1759]; São Paulo; Martins Fontes; 1999

²⁰ Hume, David; **L'homme et l'expérience, textes choisis** ; Paris ; Presses Universitaires de France ; 1967; § 121-129. Para Hume, a simpatia pela sorte dos outros é um sentimento natural na humanidade.

²¹ do grego. *empátheia*, as: 'paixão'; processo de identificação em que o indivíduo se coloca no lugar do outro para tentar compreender o comportamento alheio.

²² Ver: Thiry-Cherques, Hermano Roberto, A economia moral da utilidade, **Revista de Administração Pública**, 36 (2), pp. 293-317; 2002

²³ Para Kant a tensão entre a inclinação para viver em sociedade e a ameaça constante de dissolver esta sociedade é o motor do progresso linear da história. Kant, Emanuel; *Idéia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita* [21-37]; in **A paz perpétua e outros opúsculos**; Tradução de Artur Mourão; Lisboa; Edições 70; 1988

²⁴ Para Hegel, não podemos aceitar a irracionalidade do mundo. Por isto, a razão, com sua astúcia, reintegra, reinterpretando o que nos acontece, independentemente dos nossos desejos, da nossa consciência. Ver: Thiry-Cherques, Hermano Roberto; Hegel: a mútua implicação do trabalho e da racionalidade; **Gestão.Org**, 1 (1) Janeiro-Junho; 2003.

²⁵ Smith, Adam; **Teoria dos sentimentos morais**[1759]; São Paulo; Martins Fontes; 1999; Livro VII.

²⁶ As "poors laws" começaram a ser editadas em 1597, no reinado de Elizabeth I. Provinham proteção e amparo para os pobres, além de complementação salarial e trabalho em *whorkhouses* (lei de 1601). Algumas vigiram até o final do século XIX.

²⁷ Smith, Adam; **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**; London; Electric Book, Company; www.elecbook.com; 1998; Book 1; Chapter 1; p. 52

²⁸ Smith, Adam; **Investigação sobre a causa e a natureza da riqueza das nações**; [Livro II, cap. III]; Tradução de Conceição Jardim do Carmo Cary e Eduardo Lúcio Nogueira; São Paulo; Abril Cultural; 1973; pág. 215 e ss.

²⁹ Petty, William; **Tratado dos impostos e contribuições** [1662]; São Paulo; Abril Cultural; 1983

³⁰ Plato; *The Republic*, Book II; in **The Dialogues of Plato**; London; Encyclopaedia Britannica; 1975; p. 311

³¹ tirado da "Enciclopedie" (do verbete Épingles, de Deleyre) <http://www.bnf.fr/classique>

³² Smith, Adam; **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**; London; Electric Book, Company; www.elecbook.com; 1998; Book 1; Chapter 2; p. 124

³³ Smith, Adam; **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**; London; Electric Book, Company; www.elecbook.com; 1998; Book 2; Chapter 1; p. 368

³⁴ Smith, Adam; **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**; London; Electric Book, Company; www.elecbook.com; 1998; Book 1; Chapter 1; p. 145

³⁵ Smith, Adam; **Investigação sobre a causa e a natureza da riqueza das nações**; [Livro I, cap. X]; Tradução de Conceição Jardim do Carmo Cary e Eduardo Lúcio Nogueira; São Paulo; Abril Cultural; 1973; pág. 90 e ss

³⁶ Smith, Adam; **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**; London; Electric Book, Company; www.elecbook.com; 1998; Book 1; Chapter 1; p. 30

³⁷ " ...set one man above another."; Smith, Adam; **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**; London; Electric Book, Company; www.elecbook.com; 1998; Book 5; Part 2; p. 951

³⁸ Smith, Adam; **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**; London; Electric Book, Company; www.elecbook.com; 1998; Book 1; Chapter 6; p. 73

³⁹ Smith, Adam; **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**; London; Electric Book, Company; www.elecbook.com; 1998; Book 1; Chapter 1; p. 121

⁴⁰ Cf. Schultz, Theodore W.; Adam Smith and human capital; [130-140]; in, Michael Fry ed.; **Adam Smith's legacy**; London; Routledge; 1992 [1960] p. 139